

AS IMPLICÂNCIAS DA ACESSIBILIDADE NO COTIDIANO UNIVERSITÁRIO PARA DISCENTES COM DEFICIÊNCIA

Deysiane Holanda de Oliveira ¹
Jeanne Barros Leal de Pontes Medeiros ²

RESUMO

O presente estudo discute a temática da acessibilidade para os alunos com deficiência, com o intuito de levantar questionar a inclusão no contexto universitário. Essa pesquisa objetivou compreender a percepção dos estudantes com deficiência sobre a acessibilidade em uma instituição de ensino superior do nordeste brasileiro. Para tanto, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, documental e de campo, com entrevistas semiestruturadas, diário de campo e análise qualitativa dos dados, tendo como sujeitos quatro estudantes da graduação e duas estudantes da Pós-Graduação. O estudo mostrou que a acessibilidade se apresenta como processo complexo e desafiador para os alunos com deficiências diversas e que a universidade precisa repensar as condições que lhes são oferecidas. A inclusão e a permanência nos espaços da universidade são necessárias e embora existam diversas discussões acerca deste assunto, há muito a se fazer quando se trata de garantir a inclusão e o direito dos estudantes. Espera-se que este trabalho desperte novos estudos e que promova reflexões que ampliem a discussão sobre acessibilidade e inclusão.

Palavras-chave: Deficiência, Acessibilidade, Universidade.

1 INTRODUÇÃO

É sabido que todo cidadão possui o direito de acesso aos espaços públicos. É preocupante saber que muitos estudantes não seguem a vida acadêmica pelas dificuldades encontradas na instituição de ensino. Neste estudo objetivou-se compreender a percepção dos estudantes com deficiência em uma universidade no que diz respeito à acessibilidade.

Nesta pesquisa os sujeitos-participantes relataram suas limitações, angústias, barreiras no que diz respeito à acessibilidade na universidade. A partir de suas falas, foi possível perceber que o espaço universitário investigado necessita de uma efetiva democratização, de forma que todos os cidadãos possam usufruir de um espaço e de uma educação inclusiva. Os responsáveis precisam adotar soluções para que esses objetivos sejam alcançados.

1.1 PERCURSO METODOLÓGICO

¹Graduada pelo Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará - UECE,
deysianeholanda@gmail.com;

²Doutorado em Educação pela Universidade Estadual do Ceará - UECE,
jeannebarrosleal@gmail.com;

A pesquisa qualitativa realizada se deu com quatro graduandos e duas mestrandas de uma universidade, que possuem alguma deficiência. O método qualitativo permitiu perceber as relações dos sujeitos com o *locus* pesquisado e adentrar o cotidiano singular de cada um, detectando sentimentos, significados e expressões, que são elementos importantes que auxiliam na construção do conhecimento.

O estudo se deu por meio de pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Na materialização teórico-conceitual, buscou se ancorar nas categorias: deficiência, acessibilidade e universidade. Quanto às técnicas e instrumentos fez-se uso de entrevistas semiestruturadas e da observação em campo. O estudo foi submetido à Plataforma Brasil sob CAAE: 02473018.3.0000.5534 e teve parecer aprovado. Foi apresentado aos entrevistados o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), tendo como base a Resolução Nº 510/ 2016 do Conselho Nacional de Saúde, que vai citar as diretrizes éticas para a pesquisa em Ciências Sociais e Humanas.

2 PERCEPÇÕES HISTÓRICAS E SOCIAIS SOBRE DEFICIÊNCIA E UNIVERSIDADE

A percepção sobre a pessoa com deficiência varia com o tempo histórico, da cultura, das crenças, dos valores e das convicções. Silva (1987, p. 21) indica que na História Antiga a deficiência era tida como um mau sinal ou castigo dos deuses e que sempre existiram indivíduos que ou nasceram com a deficiência ou ao longo da vida perderam a capacidade de andar, de enxergar ou de ouvir: “[...] anomalias físicas ou mentais, deformações congênitas, amputações traumáticas, doenças graves e de consequências incapacitantes, sejam elas de natureza transitória ou permanente, são tão antigas quanto a própria humanidade”.

O Brasil Colônia foi o período entre a chegada dos colonizadores portugueses no país, no ano de 1500, e a sua “Independência”, ocorrida em 1822. Durante esse período, Lanna Júnior (2010) faz a ressalva de que havia práticas de exclusão, pois as Pessoas com Deficiência (PcD) eram confinadas pela família, que as mantinham isoladas do convívio social. Em outros casos eram levadas para as Santas Casas ou para as prisões.

A Nova República, teve como uma das principais características a promulgação de uma nova constituição em 1988, a qual objetivava valorizar a democracia e o respeito aos direitos do cidadão. Segundo Figueira (2008), no Brasil, por bastante décadas a temática deficiência esteve dominada por um silêncio político e legal, pois a proteção da cidadania das PcD se enquadrava apenas no quesito da caridade, do assistencialismo e dos cuidados familiares.

Esta temática tornou-se demanda social respondida pelo Estado a partir da Constituição Federal (CF) de 1988, que foi um marco para o Brasil e a Assistência Social tornou-se parte integrante da Seguridade Social. Isso contribuiu para afirmar o seu caráter não-contributivo e de direito de todos os cidadãos.. A partir desta Lei Magna outras leis, decretos, portarias e Políticas Públicas avançaram para com a Pessoa com Deficiência.

Pode-se inferir, portanto, que com o decorrer da história, chega o momento em que as PcD não precisariam ficar restritas aos espaços da família e das instituições. Logo, poderiam ter acesso a ambientes escolares, de trabalho, universidades ou em quaisquer espaços que desejarem. Romper com a velha visão, que implica numa política assistencialista e segregada para as PcD, não é uma tarefa fácil, mas com luta e resistência podemos construir uma sociedade acessível a todos e todas.

Ribas (2007, p.12) esclarece que no Brasil a palavra deficiência será sempre vista como sinônimo de “[...] insuficiência, de falta, de carência e, por extensão de sentido, de perda de valor, falha, fraqueza, imperfeição. A palavra representa e estabelece a imagem”. O autor supracitado, ao analisar os documentos que tratam das definições das deficiências, argumenta que o Decreto lei nº 5296 de 2004 traz novas considerações acerca da visão sobre deficiência, porém ainda tem um caráter taxativo, pois não leva em consideração uma visão sociocultural, em que a deficiência seja vista não somente sob os aspectos médicos, mas também como categoria socialmente estabelecida de acordo com os critérios de normalidade idealizados pela sociedade.

Sasaki (2003) traz reflexões acerca das terminologias sobre deficiência e pontua algumas expressões que ouvimos ou lemos em jornais, revistas, impressos, televisão, rádio, aulas, palestras etc, que são manifestadas incorretamente por esses meios de comunicação. São elas, por exemplo: portador de deficiência, pessoa normal, inválido, dentre muitas outras. A terminologia “pessoa com deficiência” coloca o sujeito à frente de sua deficiência, valorizando a pessoa independente de suas condições físicas, intelectuais ou sensoriais, e colocando a deficiência como parte da sua vida e não algo externo.

De acordo com o site do Sistema Integrado de Vagas e Currículos para Pessoas com Deficiência (SIVC) não é interessante fazer rótulos, pois quando isso se dá, a deficiência daquele sujeito passa a ser a sua “marca” principal. Logo, as características física, auditiva, visual ou intelectual não devem ser o motivo para se rotular, pois a pessoa deve estar acima de suas restrições. A pessoa com deficiência é, acima de tudo, pessoa, sujeito de direitos, independente de sua deficiência.

Na perspectiva de Rocha e Miranda (2009), a universidade tem papel social fundamental como local de produção do conhecimento e intervenção social. Necessita ter em sua atuação um modelo de igualdade de oportunidades, pois as práticas que segregam, as desigualdades em todos os níveis e o padrão de normalidade imposto, ainda são muito presentes na sociedade brasileira. Belloni (1992, p.74) enfatiza que a universidade tem a função de gerar saber e de estar comprometida com a verdade, não estando isenta de viver em conflitos e contradições com a sociedade, e acrescenta que: "[...] a Universidade tem a seu cargo a função de gerar saber comprometido com a ruptura e a inovação e neste sentido, sua característica dominante é a busca do conhecimento, do inédito".

No Brasil, a acessibilidade torna-se aparato legal em 1998, a partir do Projeto de Lei nº 4767/1998, que trazia normas para a promoção de acessibilidade das PcD ou com mobilidade reduzida. (MANZINI, 2008). A Lei nº 10.098, promulgada em 19 de dezembro de 2000, estabelece normas de acessibilidade nos diversos espaços sociais, promovendo a supressão de barreiras, ou seja, “qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas,” (artigo 2º, II) e de obstáculos em vias, mobiliários urbanos, construções, reformas, meios de comunicação e de transporte.

Pavão (et al 2015) também pontua acerca da importância da LIBRAS nos diferentes espaços, buscando alcançar acessibilidade pedagógica:

O estudante surdo precisa contar com Intérprete de LIBRAS, assim como um estudante com baixa visão precisa ter acesso a materiais com letra ampliada e/ou uso de lupa, e um estudante cego carece de materiais impressos em Braille ou computador com leitor de tela. Ao mesmo tempo em que são ofertados recursos relacionados à acessibilidade pedagógica, torna-se necessário que os professores, como mediadores do conhecimento, adaptem seus métodos de ensino e conheçam a especificidade de cada estudante, principalmente daqueles com deficiência. (PAVÃO et al, 2015, p.175)

O Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas com deficiência e a 10.098/2000, que Estabelece normas e critério para promover a acessibilidade das PcD ou com mobilidade reduzida. Este decreto estabelece em seu artigo 24:

Os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários. (BRASIL, 2004)

O Decreto nº 3298/1999 evidencia a obrigatoriedade das instituições de ensino superior quanto às adaptações aos alunos com deficiência, quando diz: “[...] as instituições de ensino superior deverão oferecer adaptações de provas e os apoios necessários, previamente solicitados

pelo aluno portador de deficiência, inclusive tempo adicional para realização das provas, conforme as características da deficiência.” Duarte e Cohen (2004, p.2) afirmam que o acesso “[...] não deveria significar apenas a possibilidade das camadas mais pobres da população chegarem à Universidade, mas, também, a eliminação de quaisquer barreiras físicas e sociais às ‘Pessoas Portadoras de Deficiência (PPDs)’ – sensorial, física e mental, temporária ou permanente.”

A cartilha *Acessibilidade na UFC* (s/d, p.15) infere: “As pessoas com deficiência querem ter autonomia para realizar suas tarefas. Ajudar é importante, mas melhor ainda é oferecer condições para que esse público possa conviver com independência.” Como afirmam Duarte e Cohen (2004, p.3) “[...] a partir de 1981, foi declarado, pelas Nações Unidas, o Ano Internacional das Pessoas Deficientes. A década de 1983 a 1992 da ONU para as PPDs viu surgir na realidade brasileira um período de transformações que repercutiu no aumento do número destas pessoas com acesso ao ensino superior.”

Entretanto, as autoras complementam que quando esses sujeitos finalmente conseguiram ingressar na universidade, deparavam-se com barreiras de acessibilidade, devido às dificuldades de locomoção; barreiras de comunicação, quando os alunos eram cegos, surdos ou tinha paralisia cerebral; e barreiras técnicas, quando não era disponibilizado materiais em braile, gravadores para transcrição das aulas etc. Todavia, os discentes não tinham somente esses impasses para serem enfrentados, pois o preconceito e a exclusão pela comunidade acadêmica eram bastante desafiadores e dotados de barreiras que impediam que muitos conseguissem permanecer na instituição e se formar no curso escolhido.

Atualmente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), lei nº 9.394, é uma das leis que orientam e asseguram a inclusão da pessoa com deficiência no âmbito educacional e foi criada em 20 de dezembro de 1996. Ela institui que o educando terá direito à educação voltada para a prática profissional e sua integração na sociedade, professores especializados, além de recursos didáticos de acordo com suas necessidades (BRASIL, 1996).

Camargo (2013, p.97) entende que a acessibilidade educacional vai efetivar-se em “ações/estratégias de: modificar/transformar ambientes, indicar possibilidades para o processo ensino-aprendizagem, modificar estruturas e atitudes”. Já Guerreiro (2012, p.227) ressalta que “[...] não basta a adequação desse espaço para que a inclusão [...] ocorra, é preciso que haja, igualmente, as adequações dos recursos pedagógicos e a capacitação do corpo docente e gestor”, para que a inclusão seja plena. Diante do exposto pode-se captar que as leis apoiam e favorecem a educação inclusiva, no entanto, as iniciativas por parte das universidades têm sido

poucas, quanto à adaptação de seus espaços físicos e do Estado por, muitas vezes, desviar-se de suas competências e atribuições.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência - Protocolo Facultativo (2011) declara em seu artigo 24, que diz respeito à Educação, item 2, que para assegurar esse direito os Estados Partes deverão assegurar que:

c) Adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais sejam providenciadas; d) As pessoas com deficiência recebam o apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação; e) Medidas de apoio individualizadas e efetivas sejam adotadas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena. (BRASIL, 2011, p. 49).

A acessibilidade em todas as classes de ensino é fundamental. Sabe-se que nas instituições ela exige ações que demandam um trabalho árduo e coletivo entre gestão da instituição, cursos, discentes, docentes e os setores de acessibilidade.

Cada ser tem uma maneira de aprender, de socializar-se, tem seu estilo, seus interesses e recursos. É papel da universidade a compreensão de como seus alunos estão se reconhecendo nos cursos, nas relações interpessoais, nos processos de ensino-aprendizagem para que ela saiba contribuir de maneira eficaz no desenvolvimento de seus acadêmicos, pois somente possibilitar o acesso à universidade não é suficiente.

A educação tem funções sociais, culturais e políticas, portanto, não precisa alterar seus objetivos fundamentais, mas se reorientar a partir destes, “[...] na busca da garantia das necessidades básicas essenciais ao desenvolvimento e aprendizagem e da construção do conhecimento de forma significativa [...]. Promover a oportunidade de convívio com a diversidade e singularidade, exercitando suas funções de forma aberta, flexível e acolhedora” (SANTOS, 2003, 83).

Pavão (et al 2015) pontua que desde 2011, as Instituições de Ensino Superior têm a incumbência de possuir em sua estrutura física e organizacional um Núcleo de Acessibilidade, a fim de que as PcD possam ter um acompanhamento devido, garantindo, assim, a inclusão destas, das que apresentam mobilidade reduzida e/ou outras necessidades que necessitem de adaptações. Entretanto, um fator importante é que o fato de existirem esses núcleos não quer dizer que a acessibilidade exista e a inclusão aconteça. Como contribuição à produção de conhecimento sobre acessibilidade e inclusão, trazemos a seguir a realidade de estudantes do nordeste brasileiro sobre as dificuldades enfrentadas e os desafios postos no ambiente público universitário.

3 O OLHAR DOS DISCENTES ACERCA DE LIMITES E POSSIBILIDADE PARA PcD

A cor verde simboliza a acessibilidade e por esse motivo os entrevistados desta pesquisa foram identificados por esta cor, modificando-se apenas os tons desta. Serão assim chamados pelos seguintes nomes fictícios: verde café, verde elegante, verde trovão, verde pipa, verde joia e verde esperança. Observou-se que em todos os discursos dos estudantes a respeito das dificuldades encontradas há obstáculos diversos e expressivos. Esses alunos se deparam com barreiras que apontam uma independência reduzida vivenciada por esse segmento, para acessar a universidade e desfrutar de seus espaços.

Com relação aos Limites/desafios de acessibilidade nos espaços da universidade os estudantes afirmam que:

São muitos. Desde que cheguei para participar da seleção do mestrado em 2017 observei, no campus Itaperi, a absurda falta de acessibilidade arquitetônica e de informação, como por exemplo, rampas fora dos padrões adequados, sem corrimão, falta de rampas ou elevadores para os andares superiores, falta de sinalização visual e tátil. (Verde Elegante, 2018, 30 anos)

Aqui tem acessibilidade? Tem. Mas é uma acessibilidade mal planejada, mal executada porque eu duvido muito que a pessoa que planejou essa rampa aí, tenha conhecimento de quem anda de cadeira de rodas. Porque a rampa daí, mermão, pra você subir... não tem como, não, tem que ter braços de aço pra subir isso aí!!! É uma acessibilidade mal planejada e também mal executada. (Verde Café, 2018, 21 anos)

Eu subo as escadas, mas com muita dificuldade por conta dos meus quadris. O meu osso já tá bastante desgastado, a cabeça do fêmur tá desgastada, então quando eu faço movimento de andar, aí 'roça' um osso no outro, aí é uma dor muito grande, sabe! O meu médico disse que é pra eu evitar subir escadas e caminhar longos percursos, aí eu: doutor, tá ruim, pelo amor de Deus, não dá, não (risos). (Verde Joia, 2018, 33 anos)

Outros alunos ressaltam que tem pessoas que deixam de fazer uma faculdade, um curso ou qualquer outra coisa por conta da dificuldade de deslocamento, por não ter autonomia pra fazer as coisas por si próprias: “você se sente presa dentro de uma jaula como se você não pudesse fazer nada porque você depende de todo mundo e todo mundo tem sua vida.” (Verde Joia, 2018, 33 anos). Fala ainda da difícil situação financeira, que é uma realidade vivida por grande parte dos estudantes na universidade: “Uma vez eu pedi táxi pra cá deu mais de 30,00 reais. Aonde que eu posso gastar 30,00 reais todo dia? E isso é só pra vir [pra UECE]. Se fosse a vinda e a volta, 60,00 reais, todo dia, os cinco dias da semana!?”

Eu sei que a família tem que dar apoio e tudo, mas o Estado também tem que facilitar. Mesmo que a pessoa tenha um salário de mil reais, mil reais é o que hoje em dia? Não é nada. Eu tomo muitos remédios. Por mês, eu gasto por baixo, no mínimo 500,00 reais só de remédio por conta do meu problema. E como eu, tem muitas outras pessoas. Eu não tenho condição de pagar transporte, de pagar táxi. (Verde Joia, 2018, 33 anos)

Diante dessa fala e refletindo sobre toda a complexidade que ela engloba, pode-se pensar na possibilidade de a universidade ofertar bolsas específicas a esse público, tendo em vista as necessidades dos mesmos e as intensas dificuldades pelas quais esses sujeitos são submetidos e que em diversos casos impossibilita a continuação do curso pelas condições financeiras desfavoráveis e os diversos obstáculos que encontram para continuar estudando, dentre eles, o de transporte.

Sobre Didática do professor e acessibilidade pedagógica os sujeitos afirmam que:

Na sala de aula é tranquilo. Assim, a coordenação tem uma preocupação comigo quando eles vão fazer o mapa de sala. Eles se preocupam em me deixar sempre nas salas do térreo quando vão locar as disciplinas devido o planejamento da universidade, que é muito precário. Nas salas superiores, o pessoal até diz: ‘macho, tem rampa, mas como é que tu vai subir pra lá? Só tem uma escada’. Na sala mesmo tem a questão de abrir a porta que não consigo sozinho, mas o pessoal são super gente boa. A dificuldade que eu tive foi com um professor, no primeiro semestre. Ele tinha laboratório em cima e entre uma aula ou outra ele ficava falando na sala que no próximo semestre ele tem um material pra usar na aula e que eu vou ter que dá um jeito de chegar lá em cima no laboratório dele porque vai fazer a aula dele lá. Ele dá uma outra disciplina no terceiro ou quarto semestre e eu sei que vou ter problema com ele de novo. Mas eu já tenho as devidas orientações, pela coordenação, de como devo proceder. (Verde Café, 2018, 21 anos)

De forma geral funcionários e professores me receberam bem, no entanto em diversos momentos demonstraram insegurança e inclusive alguns assumem em suas falas que não se sentem preparados para dar aula à uma pessoa surda. O que minimiza as dificuldades é que eu sou surda bilíngue com fluência plena tanto em português como em Libras. Sem dificuldades para a leitura e escrita consigo fazer as atividades propostas igualmente às demais estudantes da classe. No entanto, além da presença de tradutoras-intérpretes de Libras precisei orientá-los e solicitar algumas “adaptações” para diminuir prejuízos à minha participação em sala de aula, especialmente a ampliação do uso de recursos visuais como slides e escrita no quadro, que poucos usam. (Verde Elegante, 2018, 30 anos)

O que eu acho em relação aos professores é de eles terem mais consciência, né, de verem que naquela turma ali eu tenho um aluno X que eu tenho que dar uma atenção especial pra ele e facilitar as coisas pra ele na hora que tá lá na prática porque a turma é grande, aí o professor tá apresentando um experimento bem aqui. Aí vai todos os alunos pra cima dele pra ver o que ele tá fazendo. Mas e o outro que não pode tá ali no meio em pé ou que é mais baixo? Então, o professor tem que coordenar ali toda aquela turma, né e tem que conscientizar os próprios alunos porque tem aluno, né, que não tá nem aí, não tem nenhuma empatia pelo outro colega. Então é o professor que tem que ter a didática de expor os experimentos, a sua aula da forma que todos os alunos possam ver sem precisar ultrapassar o outro. (Verde Joia, 2018, 33 anos)

Outro estudante (Verde Trovão, 2018, 30 anos) declara que em relação às provas, como tem um comprometimento motor bem complexo, os professores é que escrevem as respostas dele, que vai respondendo conforme as perguntas vão sendo feitas, ou seja, há a didática de ele falar e o professor passar para o papel as suas respostas. Às vezes, faz prova numa sala à parte com alguém indicado pelo professor, já que não pode ficar na sala junto com os outros colegas que estão fazendo prova, pois eles escutariam as respostas que ele dá e assim “colariam” dele.

Sabe-se que ter tempo adicional de prova não é privilégio, mas sim direito, previsto pela legislação. Cada professor (a) deve estar atento (a) e sensível a quem são os seus alunos e buscar meios de como trabalhar devidamente com eles, observando suas particularidades e necessidades.

Como Sugestões/estratégias de mudança para uma universidade ideal os pesquisados indicam a necessidade de:

[...] ter rampas, elevadores...O elevador da biblioteca, a moça disse que tá esculhambado faz é tempo e não se sabe mais nem quando foi que quebrou. Isso pra você ter uma ideia do descaso. (Verde Joia, 2018, 33 anos)

Formação continuada para os funcionários e corpo docente a fim de saber lidar com os diversos tipos de deficiência; Implantação de elevador e melhorias das barreiras arquitetônicas para facilitar o acesso de cadeirantes, principalmente no percurso da entrada do campus até os prédios da UECE. Intérprete de libras nos eventos [...]. Campanha de sensibilização sobre os direitos dos deficientes, inclusive sua inserção enquanto disciplina obrigatória. (Verde Pipa, 2018, 45 anos)

Planejamento. Acho que a palavra-chave de tudo é planejamento porque não adianta você ter um projeto e ser mal planejado. É como acontece com a questão do setor de transporte. É um projeto? É. É plausível? É. Mas é mal planejado. Aqui, por exemplo, tem as rampas? Tem. Dá acessibilidade? Dá. Mas é mal planejada. É preciso um melhor olhar porque querendo ou não ajudando esse pessoal que é deficiente, eu acho que a visão sobre a universidade melhoraria. A sociedade, a família, os amigos teriam um outro olhar. Manter as bolsas reservadas para alunos com deficiência. A gente tem direito a 5% das vagas. Investir em mais banheiros para pessoas com deficiência. (Verde Café, 2018, 21 anos)

Os resultados apresentados aqui mostraram as condições que a universidade oferece aos alunos com deficiência, assim como as suas dificuldades e suas estratégias de inclusão. Os discursos dos estudantes evidenciaram que pouco se promove o acesso e a permanência no espaço acadêmico. Embora haja muitas discussões a respeito desse assunto, este ainda se configura como um tema novo e desafiador. O olhar para os aspectos de acessibilidade que compõem a universidade permite aos gestores dela refletir sobre os percursos a serem traçados para superar os obstáculos de comunicação, de informação, arquitetônicos, atitudinais, etc, que esses alunos enfrentam ao ingressar em um curso, seja de graduação ou de pós-graduação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fazer a educação superior tornar-se acessível a todos os indivíduos que desejam cursá-la é uma grande meta daqueles que pesquisam e estudam sobre o acesso à educação, que é um direito básico. As provisões de políticas públicas que visem ações afirmativas para amenizar as desigualdades às PcD têm sido importantes na eliminação de barreiras de acessibilidade que dificultam ou impedem a participação desses sujeitos na universidade.

Tendo em vista que este estudo se propôs a compreender a percepção dos estudantes com deficiência a respeito da acessibilidade física e pedagógica, considera-se pertinente levantar algumas reflexões acerca da problemática investigada. Este estudo conteve-se a entrevista uma parcela dos alunos com deficiência que estudam na universidade. Entretanto, este recorte feito permitiu levantar apontamentos necessários e relevantes a respeito do assunto, inclusive por destacar os pontos de vistas dos que vivenciam de perto e com propriedade o contexto universitário.

Os resultados mostram que apesar dos esforços já realizados pela universidade para eliminar barreiras e promover acessibilidades dentro de seus espaços, ainda existem problemas sérios e estruturais e as barreiras arquitetônicas acompanham a universidade. No que diz respeito às barreiras enfrentadas em sala de aula, a principal queixa dos estudantes é a falta de formação dos professores para lidar com o processo de aprendizagem de seu alunado. As falas dos participantes apontam que é preciso mudanças de atitudes da universidade como um todo e da própria sociedade diante da deficiência, além de transformação dos recursos materiais, de infraestrutura e pedagógicos.

Uma mobilização bem articulada entre os alunos com deficiência da UECE pode ser causa de grandes mudanças na vida e no cotidiano da instituição, pois somente articulados, esse público pode se fortalecer enquanto classe para si e fazer militância por seus anseios e direitos: novas rampas, novas calçadas, banheiros adaptados, maior número de vagas em estacionamento, transporte, guias rebaixadas, formação continuada de professores e de servidores, intérpretes de LIBRAS etc. Seria interessante também que o houvesse um setor que pudesse acompanhar esses alunos durante todo o curso, identificando essas pessoas, acolhendo-as e dando o suporte necessário, buscando oferecer alternativas de permanência.

Sabendo que a universidade é um espaço que possibilita a formação de distintas categorias profissionais, a sugestão da pesquisadora para esta temática estudada se revela em ter profissionais intérpretes de LIBRAS em sala de aula; em ofertar bolsas específicas, olhando para a necessidade particular de cada um; em ter um setor/comissão na universidade que seja mais próximo dos discentes, se integrando de seus problemas e necessidades; em promover uma acessibilidade planejada, obedecendo às normas e padrões, estabelecidos pelas leis, de maneira que os acessos a todos os espaços da universidade sejam garantidos de maneira universal; em haver uma formação continuada dos professores, que apesar de serem habilitados e capacitados para o exercício profissional, encontram-se despreparados pedagogicamente para lidar de maneira inclusiva e estratégica com esse público, como foi possível verificar em todas as falas.

Ainda, há bastante a se fazer, promovendo ações inclusivas e permanência com qualidade, respeitando as diferenças, etnias e gêneros, direitos que a democracia propõe e valoriza. Espera-se que este trabalho contribua para despertar outros estudos que tomem a universidade como contexto para a discussão da acessibilidade e da inclusão de alunos com deficiência.

REFERÊNCIAS

BELLONI, I. **Função da Universidade**: notas para reflexão. São Paulo: Papyrus, 1992.

BRASIL. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007). **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: decreto legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. -- 4. ed., rev. e atual. – Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2011.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <https://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/con1988_04.10.2017/CON1988.asp>. Acesso em: 25 set. 2017.

_____. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro 1999**. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: 25 set. 2017.

_____. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 25 set. 2017.

_____. **Lei Nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2000/lei-10098-19-dezembro-2000-377651-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 10 out. 2017.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 dez 1996.

CAMARGO, R. G. **Estratégias de acessibilidade educacional para e por estudantes com altas habilidades/superdotação**. 2013. 98f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

DUARTE, Cristiane Rose de Siqueira; COHEN, R. Acessibilidade aos Espaços do Ensino e Pesquisa: Desenho Universal na UFRJ – Possível ou Utópico? In: **Núcleo de pesquisa em**

Tecnologia da Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (NUTAU) 2004: Demandas Sociais, Inovações Tecnológicas e a Cidade, 2004, São Paulo: NUTAU, 2004.

FIGUEIRA, Emílio. **Caminhando em silêncio:** uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na história do Brasil. São Paulo: Giz Editorial, 2008. 182p.

GUERREIRO, E.M.B.R. A acessibilidade e a educação: um direito constitucional como base para um direito social da pessoa com deficiência. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 25, n.43, p.217-232, maio/ago.2012. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil.** Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

MANZINI, E. J. Acessibilidade: um aporte na legislação para o aprofundamento do tema na área de educação. In: BAPTISTA, C. R.; CAIADO, K. R. M.; JESUS, D. M. de (Org.). **Educação especial: diálogo e pluralidade.** Porto Alegre: Mediação, 2008.

PAVÃO. Silvia Maria de Oliveira et al. **Aprendizagem e acessibilidade:** travessias do aprender na universidade. Santa Maria: UFSM, 2015.

RIBAS, João. **Preconceito contra as pessoas com deficiência:** As relações que travamos com o mundo. São Paulo: Cortez, 2007.

ROCHA, Telma Brito; MIRANDA, Theresinha Guimarães. Acesso e permanência do aluno com deficiência na instituição de ensino superior. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v.22, n.34, p.197-212, maio/ago. 2009. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>>. Acesso em: 15 out. 2017.

SANTOS, M. P. O Papel do Ensino Superior na Proposta de uma Educação Inclusiva. **Movimento**, v. 7, n. maio 2003, p. 78-91, 2003.

SASSAKI, R.K. Vida independente: história, movimento, liderança, conceito, reabilitação, emprego e terminologia. **Revista Nacional de Reabilitação**, 2003.

SILVA, Maria Isabel da. Sistema Integrado de Vagas e Currículos para Pessoas com Deficiência (SIVC). Por que a terminologia "pessoas com deficiência"? **Inclusão com dignidade. Inserção da Pessoa com Deficiência e Reabilitados no Mercado de Trabalho.** São Paulo.

SILVA, Otto Marques da. **Epopéia Ignorada – A História da Pessoa Deficiente no Mundo de Ontem e de Hoje.** [S.l:s.n], 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Acessibilidade na UFC.** Fortaleza: Secretaria de Acessibilidade UFC Inlui, 2010.